

Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar Brasileira a partir das páginas da *Folha de S. Paulo*¹

Júlio César Rigoni Filho²
Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski³

Recebido em julho de 2022
Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar as representações sociais do usuário de substâncias psicoativas publicadas no jornal Folha de S. Paulo, a partir de 305 matérias nacionais publicadas entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, durante o período da Ditadura Militar brasileira. Esse período é marcante devido aos aspectos políticos, culturais, jurídico-legais e médicos diretamente associados às drogas. Entre esses aspectos, destacam-se o contexto da Guerra Fria, a contracultura, a difusão de determinadas substâncias, os acordos internacionais da Organização das Nações Unidas, a promulgação de leis nacionais e o surgimento nacional de modelos de tratamento advindos dos Estados Unidos. Nesse contexto, selecionam-se objetos empíricos a partir da Folha de S. Paulo, dada a sua ascensão nacional na década de 1960 pela fusão da Folha da Manhã e da Folha da Noite e como empresa de mídia aliada do governo ditatorial, que logo tornou-se um dos jornais de maior circulação do país. O suporte teórico centra-se inicialmente no conceito de representações coletivas e sociais, em Durkheim e Moscovici. À luz de Foucault, Goffman, Becker, Butler e Le Breton investigam-se os estigmas, vulnerabilidades e enquadramentos que rondam tais representações, utilizando o jornalismo como fonte histórica e cultural. Dessa forma, constituiu-se o corpus consultando o repositório virtual do jornal a partir de adjetivos que se referem ao sujeito que faz uso de substâncias psicoativas, tais como: 'drogado' 'toxicômano', 'usuário de drogas', 'usuário de entorpecentes', 'viciado em drogas' e 'dependente químico'. As matérias nacionais foram agrupadas em um banco de dados com datas, títulos, links de acesso, tipologias jornalísticas (reportagens e notícias) e a presença ou ausência de imagens. Com base nos postulados de Bardin e Minayo, foram compiladas categorias e subcategorias baseadas no conteúdo das matérias. Assim, obtiveram-se duas categorias (saúde e crimes) e oito subcategorias (tratamento, prevenção, doença, crimes urbanos, mortes, prisões e torturas, legislação e tráfico de drogas). O processo metodológico do estudo inclui também a análise lexical das matérias por meio do software IRAMUTEQ. Neste artigo apresentam-se os resultados preliminares da análise lexical da categoria saúde, com foco nas representações de tratamento, prevenção e doença.

Palavras-chave: Ditadura Militar; *Folha de S. Paulo*; representações sociais; saúde; usuário de substâncias psicoativas.

¹ GT 15 – Sociologia da Saúde.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: julinhorigoni@hotmail.com.

³ Professora do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marisetehh@gmail.com.

Introdução

Recentemente, em 2019, o Governo Federal aprovou uma série de mudanças na legislação sobre drogas do Brasil. Dentre seus pontos mais polêmicos, destacam-se o endurecimento da política nacional de combate aos entorpecentes, a facilitação de internações involuntárias e o fomento e fortalecimento de Comunidades Terapêuticas (BRASIL, 2019). Tais mudanças causaram uma série de discussões entre entidades, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Desde 2016, com o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o CFP alerta para os desmontes nas políticas de saúde mental, podendo gerar retrocessos, como o retorno ao modelo manicomial. (CARTA DE BAURU, 2017)

Entretanto, além da alteração da legislação, diversas questões que envolvem as práticas recentes sobre drogas no país constituem discussões políticas, seja em assembleias estaduais, no Parlamento ou em movimentos sociais. Ao observar a história recente das políticas sobre drogas do país é notável o impacto da Ditadura Militar (1964 – 1985) na consolidação do modelo repressivo e em práticas que envolvem aspectos morais, judiciais e religiosos ao tratamento do usuário. Ainda, proliferam-se desinformações e notícias que constituem um ‘pânico social’ sobre drogas, como diversos pesquisadores elucidam ao analisar as páginas dos principais jornais do país. Isso prejudica as práticas efetivas de conscientização e tratamento sejam implementadas no país (BRITO, 2021).

Por isso, nessa pesquisa, problematizam-se sobre as maneiras pelas quais o contexto da Ditadura Militar impactou nas representações sociais sobre o usuário de drogas durante o regime ditatorial em notícias e reportagens veiculadas na *Folha de S. Paulo*. Nesse sentido, inicialmente exploram-se aspectos históricos e sociais da Ditadura.

O contexto da Ditadura Militar com vistas às práticas de combate às drogas

De acordo com Santos (2013) o período que antecede o ano de 1964 envolve uma efervescência política e cultural. No aspecto político, a renúncia do então presidente Jânio Quadros em apenas oito meses de governo e sua substituição pelo vice João Goulart marcava uma alternância paradoxal, tendo em vista a resistência à sua tomada de posse.

Somando-se a isso, a atmosfera gerada pela Guerra Fria e pelos movimentos de contracultura agregam valores às práticas de combate ao comunismo e de concepção da juventude como uma categoria singular da sociedade (BRITO, 2021).

Nesse aspecto de radicalizações, como considera Rezende (2013), a manutenção do poder ditatorial por vias ideológicas consistia na disseminação do medo ao comunismo, devido as pressões exercidas pelos EUA na América Latina frente ao contexto da Guerra Fria.

Ainda para a autora, a autoridade do regime militar tinha um pano de fundo composto por ideias, valores e intenções que compunham a defesa das práticas e instituições. A socióloga aponta que no início do regime militar esses valores tornam-se úteis para legitimar a ditadura, servindo ainda para camuflar seu viés autoritário. Nesse processo de legitimação, a abordagem psicossocial torna-se um elemento constante. Assim, quanto mais conhecimento sobre aspectos sociais, espaciais e culturais da população fossem conhecidos, maior seriam as chances de modalização e manipulação das ações individuais e coletivas. E na concepção militar, as instituições sociais deveriam propagar tais valores.

Para cumprir com a função de identificar os valores comunistas a serem combatidos na sociedade brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG) passou a identificar características, comportamentos e ideias consideradas subversivas, defendendo a segurança nacional. Embora a ESG não tenha sido criada durante o regime militar, mas sim na década de 1940, suas ações fortalecem-se nesse período.

Para Brito (2021), o ano de 1968 pode ser considerado emblemático para identificar as representações ligadas ao consumo de drogas e juventude. Isso, devido ao medo de que movimentos sociais ligados às práticas contestatórias pudessem formar uma rede capaz de afetar os comportamentos juvenis. Os meios de comunicação e as práticas artísticas passaram a ser considerados pela Escola Superior de Guerra como instrumentos de formação das práticas subversivas, envolvendo temas considerados desagregadores das famílias e dos valores sociais. Logo, a contracultura passa a remeter à subversão.

Em 1973, o Serviço Nacional de Informação (SNI) considerava o abuso de drogas, enquanto ‘toxicomania’, considerando que o viciado faria de tudo para obter a droga, inclusive envolver-se em movimentos revolucionários. Ainda em 1973, Brito (2021) retoma um levante policial realizado em uma residência universitária da Universidade de Brasília que resultou na prisão de 33 jovens moradores, sob acusação de viverem em um local de acentuada promiscuidade. Tal episódio escancara a visão que a polícia tinha da juventude, no que diz respeito à censura dos corpos, considerados sujos, barbudos e cabeludos.

Frente ao crescimento da vida urbana, há uma intensificação nas condições precárias de vida, atingindo principalmente a população de baixa renda. Em relação à saúde desses indivíduos, por concentrarem-se em regiões precárias não tinham acesso a uma estrutura sanitária e enfrentavam, dado o baixo poder aquisitivo, a desnutrição (PONTE; NASCIMENTO, 2010).

Retornando ao aspecto da saúde pública, é possível considerar que a medicina previdenciária passa a sinalizar fragilidades perante os problemas dos trabalhadores, impossibilitando respostas às demandas geradas pelas práticas desenvolvimentistas.

Em 1974 é criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) para financiar organizações médicas em prol da construção, ampliação e aquisição de equipamentos em hospitais particulares, caracterizando o início do que Ponte e Nascimento (2010) classifica como drenagem dos recursos governamentais em prol da

medicina curativa privada, em um processo de sucateamento dos serviços públicos. O autor traz alguns números para ilustrar essa situação: Em uma década, de 1964 a 1974, o número de instituições hospitalares privadas salta de 944 para 2.121, um aumento de mais de 200%.

Em relação ao tratamento de saúde para usuários de drogas, Alarcon, Belmonte e Jorges (2012) compreendem que no período havia apenas os modelos hospitalocêntrico ou moral. Os estudiosos consideram que as bases policialescas, inertes na legislação criminal sobre drogas, são dispositivos que consideram a abstinência total como única medida.

No caso das iniciativas assistenciais de tratamento ao uso de drogas, destacam-se o surgimento das comunidades terapêuticas no Brasil. Para Lima (2017) as comunidades terapêuticas são instituições com estruturas semelhantes ao isolamento, com a valorização da vida comunitária, práticas de terapia ocupacional e envolvimento em rituais religiosos.

Historicamente, esse modelo remonta ao final da década de 1960, tendo influência do estreitamento entre Brasil e EUA durante a Ditadura. Para a autora há uma relação complexa de complementaridade, tensão e disputa entre religião e saúde. Tomando como exemplo uma das principais comunidades terapêuticas formadas no regime militar, a Comunidade Terapêutica Senhor Jesus, fundada em 1978, em Campinas, pelo Padre Haroldo Rham. O missionário estadunidense considerava o uso de drogas como “uma expressão do afastamento da graça de Deus e não um objeto da saúde pública. Nesse sentido, a competência para o tratamento daqueles que usavam drogas seria requisitada à religião e, secundariamente, se fosse necessário, à saúde pública” (LIMA, 2017, p.7).

Somando a essa importação de um modelo estadunidense para o tratamento do usuário de drogas, Farias e Passos (2018) lembram que a crise no sistema de saúde durante o final da década de 1960, devido ao sucateamento dos institutos e hospitais públicos, gera práticas voluntárias e assistencialistas no campo da saúde mental.

Já em 1974, o então ditador Ernesto Geisel iniciou um processo de abertura política segura, lenta e gradual, em um regime que mantinha o controle das oposições e movimentos sociais. Nesse contexto, para Santos (2013), os movimentos sociais passam a discutir temas como a saúde mental, destacando-se na década de 1980, o movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve como seu estopim as críticas internacionais sobre a violência e os maus-tratos em manicômios. Com isso, combateu-se a tortura nos processos de tratamento de saúde mental. Todavia, ela é um dos principais componentes da ditadura que ainda se manifesta atualidade e, por isso, é considerada uma das 'heranças malditas' do regime militar (KEHL, 2015).

Para compreender a legitimação da tortura após a Ditadura, é necessário retomar o contexto histórico de abertura e transição democrática. Em 1979 a Lei da Anistia foi promulgada como forma de 'perdão' aos exilados políticos, presos, clandestinos e militares envolvidos em crimes durante o regime. Para diversos historiadores e pesquisadores do período militar, a anistia é entendida como uma espécie de tentativa de apagamento da memória coletiva e individual sobre as práticas de repressão e tortura promovidas durante a ditadura, sem qualquer reparação histórica ou judicial.

De tal forma, apropriando-se dos argumentos defendidos pela historiadora, pode-se considerar que a tortura se mantém enquanto sintoma da displicência histórica brasileira, já que, nas práticas cotidianas do país ela apresenta-se: seja na violência policial, na violência contra as minorias sociais, nos discursos sobre a tortura como um 'mal necessário' e até nas práticas de saúde para doentes mentais e usuários de drogas.

Reflexões teóricas sobre as representações sociais

O conceito de representações torna-se caro à sociologia à medida que permeia as teorias de diversos autores. Embora nem sempre os autores partilham de noções comuns sobre as representações, é no dissenso entre suas concepções que as ideias e abordagens sobre o processo representativo ganham forma.

Entretanto, é a sociologia de Durkheim (2007, 2021) que mais se debruça sobre as representações. Para Oliveira (2012) o conceito de representações coletivas permeia o começo e o final da obra de Durkheim (2007), posicionando-se em momentos específicos, como no prefácio da segunda edição de *As Regras do Método Sociológico* e na conclusão de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* além das entrelinhas de sua teoria.

Durkheim (2012) toma as representações coletivas como estados de consciência coletiva distintos da consciência individual, assim, as representações coletivas correspondem aos processos mais elevados da vida mental, já que a vida social é “inteiramente feita de representações” (DURKHEIM, 2007, p. XV).

Oliveira (2012) também aproxima as representações coletivas com o conceito de fato social. As representações são menos imperiosas e coercitivas que os fatos sociais, enquanto esses são forjados pelas interações sociais, sendo coletivo, exterior e objetivo, assim como as representações.

Identificando as representações como produto dos laços sociais, elas são capazes de os ultrapassar atingindo as práticas sociais. Mesmo que esse aspecto não seja tratado diretamente na obra de Durkheim (2007, 2021), “o conceito de representações coletivas é ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais, justamente os sentidos mais desenvolvidos por toda a corrente da Psicologia Social desenvolvida e liderada por Serge Moscovici” (OLIVEIRA, 2012, p.71).

Tendo apresentado a evolução do conceito de representações coletivas em Émile Durkheim (2007, 2021), passa-se a investigar a apropriação desse conceito por Serge Moscovici (1978, 2003) na constituição da Teoria das Representações Sociais.

Embora Moscovici (1978) recusa-se a conceituar as representações sociais de forma definitiva, o autor tenta defini-la como versão contemporânea do senso comum, pois referem-se a “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1978, p.181).

A autora defende que a centralidade dos estudos em representações sociais decorre da construção de sentido e significação, sendo papel da sociologia debruçar-se sobre os fatos sociais de modo a entender como eventos singulares dependem do senso comum e tornam-se compreensíveis. Há, de tal modo, dois processos elementares nesse contexto: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem relaciona-se a classificação que oferecemos aos não familiar, aquilo considerado ameaçador. Logo, envolve uma série de juízos e valores na tentativa de ancorar, enquadrar ou categorizar determinado objeto. Já a objetivação corresponde a concretização e visibilidade de uma realidade, aliando um conceito a uma imagem e tornando essa imagem uma cópia da realidade.

De tal forma, a comunicação é uma partilha de representações, que só são compartilhadas se forem de interesse. Logo, a “comunicação é parte do estudo das representações, porque as representações são geradas nesse processo de comunicação e depois, claro, são expressas através da linguagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 373).

Em síntese, é com a linguagem e a comunicação que as relações sociais são formadas e as representações sociais geradas e expressas. No caso das mídias, em específico o jornalismo, Jovchelovitch (2000) entende que o sujeito adquire perspectivas nesses meios, ampliando suas experiências. Tanto para Moscovici (1978) quanto para Jodelet (2001), a mídia tem um papel relevante na construção e disseminação de representações sociais. Pois “a comunicação cotidiana é em parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é – ou não – exercido” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p.20).

Moscovici debruça-se sobre a mídia para compreender os mecanismos de comunicação através de três perspectivas, a difusão, a propagação e a propaganda. Cada um desses sistemas caracteriza-se a fonte, a lógica e a função, que na concepção do teórico valem-se do conteúdo e da forma das mensagens.

A difusão caracteriza-se pela transmissão de assuntos gerais de forma ampla, sem que a mensagem seja estruturada de forma contraditória e desarticulada entre si,

apenas para garantir o acesso às informações. Já a propaganda envolve a dicotomia entre o certo e o errado, manifestando o interesse de um grupo específico na produção de um efeito desejável ao comportamento do público. Por isso, é um dos objetivos da propaganda a formação de uma representação social. Por último, a propagação relaciona-se ao campo das atitudes, ou seja, uma mensagem construída para controlar as crenças de dado grupo.

Partindo das noções de Berger e Luckman (1995) sobre o papel da linguagem no processo de socialização dos indivíduos, analisa-se a construção da realidade por intermédio da linguagem e da interação comunicacional na sociedade, gerando aprendizados e construções relacionadas às representações sociais (MOSCOVICI, 1978, 2010; JOVCHELOVITCH, 2011). Esse processo é mediado pelos veículos de comunicação, circulando e mantendo as representações sociais (GUARESCHI, 2000). Já Sá (1998) é enfático ao afirmar que as mídias de massa são as principais fontes para estudo das representações sociais, principalmente na possibilidade de concretizar ideias em imagens.

Percorso metodológico e principais resultados obtidos

Pretende-se apresentar com maior clareza os procedimentos diretamente relacionados com a exploração dos objetos de estudo, como sua construção e delimitação, além de expor alguns breves resultados já obtidos em busca da extração das representações sociais.

Esses objetos constituem-se por matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* obtidas por buscas de termos que referenciam o sujeito que utiliza substâncias psicoativas, sendo eles: “drogado”, “toxicômano”, “usuário de drogas”, “usuário de entorpecentes”, “viciado em drogas” e “dependente químico”.

Contudo, antes de decidir pela *Folha de S. Paulo*, foram explorados os acervos eletrônicos dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Estadão*, sem demarcação temporal, pesquisando em todo o período do acervo. Pires (2007) defende que a *Folha de S. Paulo*

se tornou um dos mais relevantes jornais e grupos comunicacionais do país. Isso, devido as alianças do Grupo Folha com os governos militares que possibilitaram a expansão dos parques gráficos do jornal e as mudanças editoriais que decorreram no período. Entretanto, ao mesmo ponto que se mostrava uma mídia defensora do regime militar, o Grupo Folha envolveu-se em lutas contra a ditadura, apoiando o movimento de reabertura política e contratando jornalistas ‘subversivos’ para suas redações e sucursais.

Realizaram-se uma série de leituras flutuantes entre as matérias localizadas. Nesse processo percebeu-se a existência de páginas duplicadas e/ou com possíveis ausências do termo, frutos de inconsistências do banco de dados do jornal. Ainda, o recorte pretendido para esta pesquisa resguarda os textos que expressam acontecimentos exclusivamente nacionais. De tal modo, feita essa triagem inicial, houve a coleta das características morfológicas das matérias a serem utilizadas em uma planilha com suas datas, títulos, abrangência, localização no jornal e presença de fotografia. Assim, das matérias localizadas pelo acervo da *Folha de S. Paulo*, de 01/04/1964 a 15/03/1985, 293 foram selecionadas.

A análise de conteúdo aplicada ao jornalismo consiste em tentativas de compreensão do processo de produção das notícias e seus impactos e possibilidades de leituras pelos públicos, reconhecendo as forças organizacionais que compõem os valores das informações veiculadas. De tal modo, “a análise de conteúdo da mídia seria um dos métodos mais eficientes para rastrear esta civilização por sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (LAGO; BENETTI, 2007, p.123).

Para Bardin (1977), o processo de codificação envolve a transformação de dados brutos dos textos em busca de uma representação do conteúdo. Para esta pesquisa, a unidade de registro será o tema, enquanto unidade de significação baseada em núcleos de sentido que compõem o material. E será com essas constatações que, em cada categoria e subcategoria, pretende-se traçar o perfil do usuário de drogas.

As matérias, divididas a partir de dois amplos grupos, crimes e saúde, passaram por outras duas subdivisões, a fim de extrair com maior profundidade o seu conteúdo e evidenciar as relações existentes entre os próprios temas presentes nos grupos de textos sobre crimes e sobre saúde. O grupo dos crimes concentra 214 matérias, das quais, 141 são notícias e 73 são reportagens. Já o grupo de saúde concentra 79 matérias, das quais 5 são anúncios, 26 são reportagens e 48 são notícias.

As matérias sobre saúde, interesse deste artigo, abraçam três subgrupos. As práticas e processos de tratamento para o ‘vício em drogas’ envolvem textos que apresentam ao público algumas comunidades de tratamento, como o Centro de Reintegração Social da Prefeitura de São Paulo, a Clínica Maxwell e o Centro Nossa Lar, além de outras instituições. Ainda, com menor intensidade, há a presença de grupos de apoio como forma de tratamento. As práticas de prevenção constituem o menor subgrupo e retrata as campanhas e iniciativas escolares. Por último, há o subgrupo de teorias, pesquisas e debates, no qual encontram-se as discussões bioquímicas sobre as substâncias e seus efeitos, o retrato da atuação de pesquisadores, a divulgação movimentos sociais e a cobertura de eventos de conscientização, além da baixa presença dos órgãos oficiais de saúde nas discussões e atuações em saúde e drogas.

Tendo em vista que se constituiu um *corpus* homogêneo, à medida em que as matérias possuem relações entre si, os dados textuais podem ser tratados a partir de decomposição baseada em sua construção lexical e semântica. Para tanto, a classificação hierárquica descendente, uma das formas de análise propiciadas pelo IRAMUTEQ, institui uma partição nos segmentos textuais baseando-se nos vocabulários do *corpus*.

Entretanto, enquanto procedimentos de pré-análise, converteram-se as imagens das matérias do acervo do jornal em textos. Em seguida, esses textos foram analisados pelo software. Ressalta-se que o IRAMUTEQ é considerado uma ferramenta de processamento de dados, “e não um método de pesquisa, o que torna seus resultados instrumentos de exploração, busca e associação em material de pesquisa” (DE SOUZA *et al.*, 2018, p.2).

No caso deste artigo, se pretende discutir os resultados parciais obtidos pela análise lexical da categoria saúde, com enfoque para as representações em torno do tratamento, prevenção e doença. Para tanto, a análise via IRAMUTEQ envolveu 48 notícias, logo, apenas as notícias referentes ao grupo da saúde. Os conteúdos textuais formaram seis classes pela partição proposta pela classificação hierárquica descendente, permitindo contrastar os resultados obtidos pela análise de conteúdo. As seis classes consistem em: notícias sobre as práticas escolares de prevenção às drogas; conteúdos sobre o consumo de drogas no país; informações sobre drogas, saúde e sociedade; notícias de movimentos sociais, eventos e atuações religiosas em prol do tratamento e de aspectos de saúde sobre drogas; iniciativas públicas de integração social do usuário de drogas; e iniciativas particulares de tratamento e suas relações com órgãos públicos, como o instituto nacional de previdência social. Expressos os percursos metodológicos e os principais resultados obtidos, passa-se a um aprofundamento e reflexões sobre esses dados.

Discussões dos resultados obtidos

A noção de doença do usuário apoia-se em um discurso médico, que, majoritariamente valoriza os profissionais da psiquiatria. Os conteúdos textuais retomam o uso de tratamentos medicamentosos ou biológicos (eletrochoques), inclusive com o desenvolvimento de tecnologias de análises criminalísticas e criminais, para não só tratar em um ambulatório os usuários, mas para prevenir o crime. De tal modo, há uma fusão entre crime e doença na categorização do usuário de drogas. Nota-se o uso dos dados estatísticos de forma desconexa, isto é, há várias fontes de informações sobre a quantidade de usuários de drogas e quantidade de sujeitos em tratamento, cujas coletas de dados e estudos não são reveladas.

Já o ‘processo de cura pela redenção e salvação’ repousa em um discurso religioso, nas quais as práticas de tratamento são conduzidas, em sua maioria, por usuários recuperados. Nesse aspecto, o usuário de drogas, enquanto ‘sujeito de

comportamento errado e moral duvidosa', é um indivíduo a ser recuperado por meio de atividades laborais e contato com a natureza, em locais similares a fazendas. Essas práticas filantrópicas ou benficiares são mantidas pela comunidade, ou financiados pelo próprio governo. Como é o caso do Centro Nossa Lar, cujo perfil desejado de indivíduo para o tratamento corresponde a pacientes viciados não crônicos, de classe média ou carentes. Já os benefícios do Centro são expressos pelas práticas esportivas e ausência de contato com 'doentes mentais comuns' reforçando a ideia de 'recanto para a cura'.

Neste ponto observam-se os aspectos da saúde pública durante o regime militar, evidenciando como o sucateamento dos institutos públicos fez com que surgissem iniciativas privadas ou assistenciais de cuidado e atenção ao usuário de drogas. Embora, ainda, muitos desses usuários fossem enquadrados como criminosos ou degenerados, mas não doentes mentais comuns, suas liberdades eram parcialmente suspensas, seja ainda no aspecto do assistencialismo e de iniciativas religiosas ligadas à saúde. Pode-se refletir sobre o caráter excludente de tais indivíduos da sociedade: enviá-los para uma fazenda poderia ser a solução para o 'desconforto social' em conviver com um 'viciado', por exemplo.

Já as iniciativas de prevenção, como campanhas e ações educacionais, mostram-se pequenas e associadas ao processo de triagem dos sujeitos considerados ameaçadores. Logo, pretende-se apresentar as características físicas, psicológicas e comportamentais do usuário de drogas como forma de amedrontar e alertar os jovens para tomarem cuidado com as drogas e para identificarem usuários, caracterizando uma vigilância.

Próximo a isso, a difusão das informações sobre os transtornos de uso de substâncias psicoativas enquanto doença perpassa pelas discussões bioquímicas sobre as substâncias e seus efeitos, o retrato da atuação de pesquisadores, a divulgação movimentos sociais e a cobertura de eventos de conscientização, além da baixa presença dos órgãos oficiais de saúde nas discussões e atuações em saúde e drogas. Como, por exemplo, uma série de conferências feitas pela confederação das famílias cristãs em

defesa dos valores familiares. Nessas discussões, convocadas por um psiquiatra, as drogas são vistas como ameaça à sociedade e a família é o que dá sustentação à massa. O termo ‘praga’ é utilizado como sinônimo de droga e o indivíduo drogado é considerado propenso a drogar-se, constituindo-se como subversivo.

Os grupos sociais envolvidos nessas ações são constituídos, em sua grande maioria, por apoiadores do regime militar, alas conservadoras e contam com o patrocínio de empresas privadas. Por exemplo, a divulgação de um evento de conscientização promovido pela Caderneta de Poupança e Conselho Brasileiro Sobre Problemas de Alcoolismo e Toxicomania, com apoio da *Folha de S. Paulo*. Nele, o alcoolismo é destaque. Curiosamente, na análise lexical do IRAMUTEQ a única droga com volume considerável para ser listada dentre os termos que originaram as categorias, é o álcool. Portanto, pode-se aventar que o alcoolismo enquanto doença é percebido como imoral e maléfico no desenvolvimento do país, já que é uma doença que se alastra, conforme alguns textos jornalísticos explicitam.

A figura do usuário masculino é destaque em uma série de notícias e reportagens lidas ao longo da pesquisa. Sua presença é um ponto válido de questionamentos: seria o homem mais envolvido com as drogas do que as mulheres? Pelos quais motivos as informações sobre os malefícios de saúde sobre as drogas são mais frequentes ao homem do que as mulheres? Seria o caráter ideológico do regime militar, que pretendia valorizar a força de trabalho em prol da nação e que não poderia servir-se de indivíduos doentes ou imorais? Esses questionamentos rondam a pesquisa, e ainda pretendem ser abordados e problematizados.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, que não se encerra neste artigo, pretende-se ampliar as análises a partir da ampliação dos resultados com a adição das reportagens sobre saúde, e das notícias e reportagens sobre criminalidade, não acrescentadas nesta fase inicial de análise de dados,

Nessa fase exploratória, notou-se que a mescla entre os métodos de análise de conteúdo e análise lexical permite ampliar o entendimento tanto os enquadramentos sobre o usuário de substâncias psicoativas quanto elucidar aspectos temáticos, argumentativos e imagéticos em tais narrações sobre o cotidiano. Somando-se a isso, as representações estão promovidas por uma mídia apoiadora do regime militar. Destaca-se ainda a tentativa de esquecimento da memória da *Folha* como jornal apoiador do regime ditatorial, por meio de estratégias de construção de uma imagem de mídia democrática e independente na atualidade.

Já nas questões de saúde e cuidado, o período da Ditadura inaugura uma série de iniciativas de prevenção às drogas, seja em iniciativas governamentais ou sociais. Entretanto, no campo das práticas de tratamento, os modelos manicomiais ou hospitalares passaram a conviver com as Comunidades Terapêuticas, cujo modelo de tratamento advém dos Estados Unidos no final da década de 1960 e no início dos anos de 1970. Tais instituições aproveitam-se do sucateamento da saúde pública.

Destaca-se como ponto para reflexões futuras, as críticas aos modelos de tratamento asilares, manicomiais e que violam os direitos humanos, tendo em vista a legitimação da tortura enquanto prática de Estado, bem como a importância do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, durante o processo de redemocratização política, nos anos de 1980. Ainda nessa década, há o surgimento da AIDS e sua incidência no Brasil, fator que atenua as representações degradantes do usuário de drogas.

Referências

ALARCON, Sergio; BELMONTE, Pilar Rodriguez; JORGE, Marco Aurélio Soares. O campo de atenção ao dependente químico. **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo**, p. 63-82, 2012.

ASSIS, Jaqueline Tavares de; BARREIROS, Graziella Barbosa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. A internação para usuários de drogas: diálogos com a reforma psiquiátrica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 16, p. 584-596, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-Subversão: Anticomunismo e Proibicionismo na Construção do “Inimigo Interno” durante a Ditadura Militar no Brasil.** Tese (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37332>. Acesso em: 22 de maio de 22.

BRASIL. Lei 13.840, de 5 de maio de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/_ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm>. Acesso em: 22 de maio de 22.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 39-65, 2021.

CARTA DE BAURU 30 ANOS. 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/relatorio-encontro-de-bauru-1.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 22.

FARIAS, Jessica Souza de; PASSOS, Rachel Gouveia. Saúde Mental e Drogas: O Avanço do Conservadorismo em Tempos de Golpe- o Caso das Comunidades Terapêuticas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edipro, 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia De Almeida Neves. **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. JOVECHELOVITCH, Sandra. (org) **Textos em Representações Sociais.** Ed. Vozes. Petrópolis. 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica: Perfil das Comunidades terapêuticas brasileiras.** Brasília: Diest/IPEA, 2017.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica de Espaços Públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em psicanálise, sua imagem e seu público. In: ALMEIDA, A. M. DE O.; SANTOS, M. DE F. DE S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Sintoma Social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Boitempo Editorial, 2015, p. 123-132.

LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. As comunidades terapêuticas religiosas e a política social de drogas. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017.

MOSCovici, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCovici, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 67-94, 2012.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2224/1325>. Acesso em 24 de mai. de 22.

PONTE, Carlos Fidelis, NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. In: REIS, José Roberto Franco; VELASQUES, Muza Clara Chaves (orgs.). **Cantos, contos e imagens**: puxando mais uns fios nessa história. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p.181-218.

REZENDE, Maria Jose de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: Editora UEL, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil:** história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de (et al.). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pPCgsCCgX7t7mZWfp6QfCcC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 de mai. de 22.